



JUSTIÇA FEDERAL  
SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO DE JANEIRO

## TERMO DE REFERÊNCIA

1	<b>OBJETO</b>
✓	Contratação, <b>por Registro de Preços</b> , de empresa(s) especializada(s) para execução de <i>serviços de limpeza de caixas coletoras (gordura e esgoto) e desobstrução de redes de esgoto, sob demanda, sem alocação de mão de obra</i> , utilizando a <b>metodologia de sucção com hidrojetamento de rede</b> com uso de caminhão combinado vácuo, pelo período de <b>12 (doze) meses</b> , nas localidades especificadas no item 2.
	<b>Código SIASG – BR 1652-7</b>

2 QUADRO DE LOCALIDADES POR ITEM			
A contratação será feita, em separado, para cada um dos itens a seguir discriminados, exceto se uma mesma empresa licitante vencer mais de um item, hipótese em que será firmada, com essa empresa, uma só Ata de Registro de Preços, cujo escopo incluirá os itens em que tenha sido vencedora.			
Itens	Especificação	Unid	Quant. Máx. Total
1	Limpeza, esgotamento e desobstrução por hidrojetamento de caixa coletora/passagem/gordura e boca de lobo dos imóveis localizados nos seguintes municípios: <b>Rio de Janeiro, Niterói, São João de Meriti, Magé e Nova Iguaçu.</b>	M³	150
2	Limpeza, esgotamento e desobstrução por hidrojetamento de caixa coletora/passagem/gordura e boca de lobo dos imóveis localizados nos seguintes municípios: <b>Barra do Pirai, Nova Friburgo, Petrópolis, Resende, Três Rios e Volta Redonda.</b>	M³	50
3	Limpeza, esgotamento e desobstrução por hidrojetamento de caixa coletora/passagem/gordura e boca de lobo dos imóveis localizados nos seguintes municípios: <b>Campos, Macaé, Itaperuna e São Pedro d'Aldeia.</b>	M³	80

3	<b>OUTRAS PARTES INTEGRANTES DESTE EDITAL</b>
3.1	Anexo A: Planilha de localidades e volumes





JUSTIÇA FEDERAL  
SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO DE JANEIRO

4 VISTORIA PRÉVIA / CONSULTAS	
4.1	<p>A vistoria prévia será <b>facultativa</b> e as empresas interessadas em realizá-la deverão agendar previamente a visita aos locais dos serviços, a fim de tomarem conhecimento das condições locais.</p> <p>A visita poderá ser agendada pelo telefone (21) 3218-9640, no horário de 12 às 17h, com o servidor Gabriel Marendaz ou Tereza Maiolino, devendo ser realizada por representante da empresa interessada.</p> <p>Em suas visitas, os licitantes deverão verificar as instalações existentes necessárias à plena realização dos serviços, segundo a Ata de Registro de Preço.</p> <p><b>Não será emitido Atestado de Visita.</b></p> <p>Realizada ou não a visita aos prédios onde serão executados os serviços que constituem o objeto desta licitação, não se admitirá, em nenhuma hipótese, a alegação de desconhecimento das particularidades dos imóveis.</p> <p>A existência de qualquer dúvida ou questionamento, por parte da empresa especializada interessada, incluindo divergências, omissões, erros, transgressões às normas técnicas, regulamentos, posturas ou leis em vigor etc., deverá ser comunicada à Comissão Permanente de Licitação – Justiça Federal de 1º Grau no Rio de Janeiro, por escrito, antes da data fixada para apresentação das propostas.</p> <p>Os esclarecimentos e instruções serão prestados pela CONTRATANTE, por intermédio da Comissão Permanente de Licitação a todos os licitantes, mesmo que apenas um os tenha solicitado.</p> <p>O ato de apresentação das propostas pelos licitantes implicará na tácita admissão de que a documentação técnica e os esclarecimentos prestados foram julgados suficientes para que os serviços sejam executados nas condições estipuladas na Ata de Registro de Preços e segundo as normas técnicas e pertinentes.</p> <p>A CONTRATANTE não acolherá reivindicações fundadas na alegação de desconhecimento dos itens acima, bem como de outros aspectos inerentes à execução dos serviços.</p>
5 DIRETRIZES PARA ELABORAÇÃO DA PROPOSTA	
5.1	<p>As empresas interessadas deverão incluir, em sua proposta, todos os materiais (inclusive transporte, movimentação, classificação, controle, armazenagem etc.), ferramentas e equipamentos (inclusive transporte, embarque, desembarque, montagem/desmontagem, guarda, reparos, manutenções etc.), mão-de-obra (inclusive encargos trabalhistas, previdenciários, tributos incidentes etc.), despesas indiretas, todas as instalações e outros serviços indispensáveis à execução dos serviços contratados, bem como os valores relativos a lucros, considerando a modalidade de contratação por preço unitário.</p> <p>Da mesma forma, incluir, nos preços propostos, os custos de deslocamentos e hospedagens de seu pessoal, inclusive supervisores e dirigentes, para realização das vistorias iniciais e acompanhamento dos serviços contratados.</p>





JUSTIÇA FEDERAL  
SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO DE JANEIRO

6	DOCUMENTAÇÃO A SER APRESENTADA NO PROCESSO LICITATÓRIO
6.1	<p>A empresa licitante participante dos lances deverá apresentar a documentação relacionada abaixo e mantê-la atualizada durante toda a vigência contratual:</p> <ul style="list-style-type: none"><li>a) <b>Licença de Operação, em vigor</b>, conforme decreto estadual nº44.820, de 02/06/2014, emitida pelo <b>INEA – Instituto Estadual do Ambiente</b> que dispõe sobre o Sistema de Licenciamento Ambiental;</li><li>b) <b>Registro de Firma Transportadora de Dejetos</b> emitido pelo órgão competente, e, em se tratando de estação de tratamento privada, a apresentação da <b>Licença de Operação da respectiva estação</b> emitida por Órgão competente;</li><li>c) <b>Atestado (s) de Capacidade Técnica</b> emitido (s) por pessoa jurídica de direito público ou privado, comprovando que esteja prestando, ou tenha prestado, serviços especializados em limpeza de caixas coletoras de gordura e esgoto, cuja metodologia utilizada seja a de sucção com jateamento de rede.</li></ul>
7	OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA
7.1	Designar, formalmente, <b>no prazo de 5 (cinco) dias corridos após a assinatura da Ata</b> , preposto para representá-la perante a CONTRATANTE.
7.2	Após o recebimento de cada Nota de Empenho, entrar em contato, imediatamente, com a SEMAE, para agendar a data da execução do serviço, de modo a ficar claramente demonstrado, à CONTRATANTE, o empenho da CONTRATADA no cumprimento das datas de execução dos serviços.
7.3	<p>Apresentar à SEMAE, em no mínimo <b>48 (quarenta e oito) horas</b> antes do início dos serviços:</p> <ul style="list-style-type: none"><li>✓ Relação dos funcionários que irão trabalhar na execução dos serviços, através da descrição de seus documentos de identidade. Os profissionais deverão apresentar-se ao local dos serviços devidamente identificados;</li><li>✓ Listagem de ferramentas e equipamentos de sua propriedade que serão empregados;</li><li>✓ Informação sobre o horário em que os funcionários irão executar os serviços.</li></ul>
7.4	Manter seus funcionários devidamente uniformizados, calçados e identificados pelo uso, obrigatório, de crachás com fotografia.





JUSTIÇA FEDERAL  
SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO DE JANEIRO

7.5	<p><b>SUSTENTABILIDADE</b></p> <ul style="list-style-type: none"><li>Nos termos do Anexo V da Instrução Normativa SLTI/MPOG nº 2, de 30/04/2008, e da Instrução Normativa SLTI/MPOG nº 1, de 19/01/2010, a CONTRATADA deverá adotar as seguintes providências: (...)<ul style="list-style-type: none"><li>b) otimizar a utilização de recursos e a redução de desperdícios e de poluição, através das seguintes medidas, dentre outras: (...)</li><li>b.4) racionalizar o consumo de energia (especialmente elétrica) e adotar medidas para evitar o desperdício de água tratada, conforme parâmetros do Decreto estadual nº 48.138, de 8/10/2003, do Estado de São Paulo;</li><li>b.5) realizar um programa interno de treinamento de seus empregados, nos três primeiros meses de execução contratual, para redução de consumo de energia elétrica, de consumo de água e redução de produção de resíduos sólidos, observadas as normas ambientais vigentes;</li><li>b.6) treinar e capacitar periodicamente os empregados em boas práticas de redução de desperdícios e poluição</li><li>c) utilizar lavagem com água de reuso ou outras fontes, sempre que possível (águas de chuva, poços cuja água seja certificada de não contaminação por metais pesados ou agentes bacteriológicos, minas e outros);</li><li>d) observar a Resolução CONAMA nº 20, de 7/12/94, e legislação correlata, quanto aos equipamentos de limpeza que gerem ruído no seu funcionamento;</li><li>e) fornecer aos empregados os equipamentos de segurança que se fizerem necessários, para a execução de serviços;</li><li>f) respeitar as Normas Brasileiras - NBR publicadas pela Associação Brasileira de Normas Técnicas sobre resíduos sólidos; (...)</li></ul></li><li>A CONTRATADA deverá atender também aos requisitos de sustentabilidade indicados no art. 7º da portaria nº TRF2-PTP-2017/1 14:<p>“Art. 7º. As aquisições de materiais, equipamentos e as contratações de serviços, no âmbito do Tribunal, deverão observar a legislação e normativos que disponham sobre sustentabilidade, além de se pautarem nas seguintes diretrizes:</p><ul style="list-style-type: none"><li>I - menor impacto sobre recursos naturais como flora, fauna, ar, solo e água;</li><li>II - preferência para materiais, tecnologias e matérias-primas de origem local;</li><li>III - maior eficiência na utilização de recursos naturais como água e energia;</li><li>IV - maior geração de empregos, preferencialmente com mão de obra local;</li><li>V - maior vida útil e menor custo de manutenção do bem e da obra;</li><li>VI - uso de inovações que reduzam a pressão sobre recursos naturais; e</li><li>VII - origem ambientalmente regular dos recursos naturais utilizados nos materiais, equipamentos, serviços e obras.”</li></ul></li></ul>
-----	---





JUSTIÇA FEDERAL  
SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO DE JANEIRO

7.6	Encaminhar toda documentação, inclusive as Notas Fiscais, através de e-mail ( <a href="mailto:tssemae@jfrj.jus.br">tssemae@jfrj.jus.br</a> ), extensão .pdf, máximo de 10MB.
7.7	<b>Responsabilizar-se por qualquer dano que cause a bens móveis/imóveis da CONTRATANTE ou de terceiros, durante a execução dos serviços contratados.</b>

8	DIRETRIZES GERAIS PARA EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS
8.1	Os serviços serão solicitados quando demandados pelas localidades relacionadas no item 2.
8.2	Os serviços deverão ser programados para serem executados no prazo máximo de 3 (três) dias úteis após o 1º dia útil subsequente ao recebimento da Nota de Empenho.
8.3	O <b>Anexo A</b> discrimina o volume máximo de dejetos a ser coletado nas localidades onde existem caixas coletoras. Nas localidades onde não existem caixas coletoras, os volumes serão calculados considerando-se o(s) volume(s) da(s) caixa(s) de passagem assoreada(s) acrescido do volume da rede de esgoto obstruída. Para o cálculo do volume da rede de esgoto será considerado o diâmetro da rede como 150mm e a distância entre a caixa assoreada e a mais próxima em condições de uso.
8.4	A execução dos serviços deverá ser em dia útil e finalizado, obrigatoriamente, até às 11h, e em estrita e total observância a este Termo de Referência.
8.5	Todo pessoal, materiais e equipamentos de qualquer natureza, necessários à execução dos serviços, serão de responsabilidade e ônus da CONTRATADA.
8.6	A CONTRATADA se responsabilizará pela distribuição e guarda de ferramentas e equipamentos, por sua colocação, montagem, reparos e manutenção.
8.7	A CONTRATADA deverá possuir, em perfeito estado de conservação e funcionamento, todos os equipamentos e ferramentas (caminhão combinado vácuo, mangotes, pás, etc.) necessários à execução integral dos serviços.
8.8	Durante a execução dos serviços de limpeza, a CONTRATADA deverá verificar o estado de conservação das paredes e lajes de concreto armado, informando, por escrito, à CONTRATANTE a eventual presença de patologias (fissuras, brocas e ferragens expostas) que possam comprometer o funcionamento e a durabilidade das caixas coletoras.
8.9	Durante a execução dos serviços, a CONTRATADA deverá ter o máximo cuidado com as instalações existentes no imóvel. Eventuais danos deverão ser reparados pela CONTRATADA, sem ônus para a CONTRATANTE.
8.10	Após o término dos serviços, e como condição para o atesto da Nota Fiscal referente ao pagamento, a CONTRATADA deverá <b>efetuar a limpeza geral</b> das áreas trabalhadas.
8.11	<b>O serviço somente será dado como concluído com o jateamento da rede, retirada total de todo e qualquer tipo de dejetos e objetos, e consequente esvaziamento da(s) caixa(s) coletora(s).</b>





JUSTIÇA FEDERAL  
SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO DE JANEIRO

8.12	<b>Os dejetos deverão ser transportados acompanhados do Manifesto de Resíduos, de acordo com legislação do INEA. (SUSTENTABILIDADE)</b>
------	---

<b>9</b>	<b>SEGURANÇA DO TRABALHO</b>
9.1	Deverão ser respeitadas as normas do Ministério do Trabalho e toda a legislação pertinente.
9.2	Deverão ser previstos, às expensas da CONTRATADA, Equipamentos de Proteção Individual (EPI), cuja utilização, durante todos os serviços a serem executados, será obrigatória por todas as pessoas envolvidas com os trabalhos.
9.3	A CONTRATADA deverá adotar todas as precauções no sentido de evitar acidentes de qualquer natureza.
9.4	Independentemente de outras obrigações previstas na legislação específica, locais que ofereçam riscos de acidentes deverão ser bem sinalizados e dotados de dispositivos de proteção que eliminem tais riscos.
9.5	A CONTRATADA será responsabilizada por todo e qualquer acidente decorrente da não utilização de EPIs ou de procedimentos que contrariem as normas de segurança.

<b>10</b>	<b>PRAZOS PARA EXECUÇÃO</b>
10.1	No 1º dia útil subsequente ao recebimento da Nota de Empenho a CONTRATADA deverá entrar em contato com a SEMAE, através do e-mail tssemae@jfrj.jus.br, para realizar o agendamento do serviço, que deverá ser executado em até 3 (três) dias úteis.

<b>11</b>	<b>ADMINISTRAÇÃO DO SERVIÇO</b>
11.1	Ficará a cargo da CONTRATADA o dimensionamento de seu pessoal capacitado e equipamentos necessários à execução dos serviços.
11.2	O acompanhamento operacional dos serviços e sua fiscalização serão realizados pela <b>SEMAE</b> – Seção de Manutenção de Edificações.
11.3	A CONTRATADA deverá prestar à SEMAE, sempre que solicitada, todas as informações necessárias, bem como se reportar a esta para quaisquer esclarecimentos.

<b>12</b>	<b>PRAZOS DE GARANTIA</b>
12.1	A CONTRATADA garantirá que todos os serviços serão executados com eficiência e sob a melhor técnica.
12.2	Todos os serviços que não satisfaçam às condições estabelecidas no presente Termo de Referência serão impugnados pela SEMAE, cabendo à CONTRATADA refazer tais serviços, no prazo de até 5 dias corridos após comunicado, por e-mail, da CONTRATANTE, ficando por sua conta exclusiva as despesas decorrentes dessas providências.





JUSTIÇA FEDERAL  
SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO DE JANEIRO

12.3	A garantia se dará conforme Código de Defesa do Consumidor.
------	---

13	RECEBIMENTO DOS SERVIÇOS
Para cada Nota de Empenho será feita a concessão de recebimento provisório e de recebimento definitivo, respeitados os procedimentos abaixo relacionados:	
13.1	<p><b>RECEBIMENTO PROVISÓRIO</b></p> <p><b>1) Quando o valor da Nota Fiscal for inferior ao valor estabelecido no art. 24, inciso II, da Lei nº 8.666/93:</b></p> <p>Será concedido antes da apresentação da Nota Fiscal, no prazo de até 03 (três) dias úteis a partir do término dos serviços por completo, após comunicação escrita da Contratada, e após vistoria que comprove a sua conformidade com as especificações constantes no Termo de Referência, e sem a existência de pendências.</p> <p><b>2) Quando o valor da Nota Fiscal de Serviços for superior ao valor estabelecido no art. 24, inciso II, da Lei nº 8.666/93:</b></p> <p>Será concedido no prazo de até 10 (dez) dias corridos a partir do término dos serviços por completo, após comunicação escrita da Contratada, e após vistoria que comprove a sua conformidade com as especificações constantes no Termo de Referência, e sem a existência de pendências.</p>
13.2	<p><b>RECEBIMENTO DEFINITIVO</b></p> <p>Os serviços serão recebidos definitivamente após verificada sua conformidade com as especificações constantes no Termo de Referência, através de atesto da nota fiscal e de termo firmado por servidor ou Comissão nomeada pela Administração, no prazo de até 02 (dois) dias úteis a contar do recebimento da nota fiscal pela CONTRATANTE, para contratações com valor inferior ao valor estabelecido no art. 24, inciso II, da Lei nº 8.666/93, e em até 05 (cinco) dias úteis para as de valor superior ao valor estabelecido no art. 24, inciso II, da Lei nº 8.666/93.</p> <p>A emissão da Nota Fiscal ficará atrelada a liberação do CDF (Certificado de Destinação Final de Resíduos) pelo INEA. A CONTRATADA somente será autorizada a emitir a Nota Fiscal referente ao serviço realizado após a CONTRATANTE obter o CDF através do site do INEA.</p>





JUSTIÇA FEDERAL  
SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO DE JANEIRO

14 FORMA DE PAGAMENTO		
14.1	Normas Gerais	<p>O pagamento à CONTRATADA será efetivado por crédito em conta corrente, mediante ordem bancária, cuja data de emissão será considerada como data do pagamento. Para despesas com valor inferior ao valor estabelecido no art. 24, inciso II, da Lei nº 8.666/93, em até 05 (cinco) dias úteis, contados a partir da apresentação do documento fiscal, e para valores superiores ao valor estabelecido no art. 24, inciso II, da Lei nº 8.666/93, em até 30 (trinta) dias, após o recebimento definitivo.</p> <p>A liberação do pagamento ficará sujeita à análise e regularidade dos demais documentos integrantes do processo de pagamento, tais como: Certificado de Regularidade do FGTS – CRF, Certidão Conjunta Negativa de Débitos Relativos aos Tributos Federais e à Dívida Ativa da União – CCN, Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT e Declaração do SIMPLES, quando couber.</p> <p>A Contratada, quando optante pelo SIMPLES, deverá, junto com a Nota Fiscal, apresentar Declaração do SIMPLES, assinada pelo responsável legal designado como tal no Contrato Social da Empresa.</p>
15 PENALIDADES		
Fundamentação legal		<p>Comete infração administrativa nos termos da Lei nº 8.666, de 1993 e da Lei nº 10.520, de 2002, a Contratada que:</p> <ul style="list-style-type: none"><li>a) não executar total ou parcialmente qualquer das obrigações assumidas em decorrência da contratação;</li><li>b) ensejar o retardamento da execução do objeto;</li><li>c) falhar ou fraudar na execução do contrato;</li><li>d) comportar-se de modo inidôneo; e</li><li>e) cometer fraude fiscal.</li></ul>
Pela inexecução total ou parcial do objeto deste contrato, a CONTRATANTE poderá aplicar à CONTRATADA as seguintes sanções:		
15.1	Advertência por escrito	<p>Quando do não cumprimento de quaisquer das obrigações contratuais consideradas faltas leves, assim entendidas aquelas que não acarretam prejuízos significativos para o serviço contratado;</p>







JUSTIÇA FEDERAL  
SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO DE JANEIRO

15.2	<b>Multa de</b>	<p>15.2.1 2% (dois por cento) ao dia, sobre o valor empenhado, em caso de atraso na execução dos serviços, limitada a incidência a 3 (três) dias corridos;</p> <p>15.2.2 3% (três por cento) ao dia sobre o valor empenhado, em caso de atraso na execução dos serviços de 4 (quatro) a 6 (seis) dias corridos, a ser aplicada concomitantemente ao subitem <b>15.2.1</b>. A partir do sétimo dia de atraso considerar-se-á inexecução total da obrigação assumida;</p> <p>15.2.3 20% (vinte por cento) sobre o valor empenhado, em caso de inexecução total da obrigação assumida; e</p> <p>15.2.4 2% (dois por cento) a 3% por (três por cento) dia sobre o valor da Nota de Empenho, conforme detalhamento constante das tabelas 1 e 2, abaixo.</p> <p>NOTA: As penalidades de multa decorrentes de fatos diversos serão consideradas independentes entre si.</p>
------	-----------------	--





JUSTIÇA FEDERAL  
SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO DE JANEIRO

15.3	Notas	As sanções previstas nos subitens 15.2.1 e 15.2.2 poderão ser aplicadas à CONTRATADA juntamente com as de multa previstas no item 15.2.4, descontando-a dos pagamentos a serem efetuados.															
		Para efeito de aplicação de multas, às infrações são atribuídos graus, de acordo com as tabelas 1 e 2:															
		Tabela 1															
		<table><tr><th>Grau</th><th>Correspondência</th></tr><tr><td>1</td><td>2% ao dia, sobre o valor da Nota de Empenho</td></tr><tr><td>2</td><td>3% ao dia, por ocorrência, sobre o valor da Nota de Empenho</td></tr></table>	Grau	Correspondência	1	2% ao dia, sobre o valor da Nota de Empenho	2	3% ao dia, por ocorrência, sobre o valor da Nota de Empenho									
		Grau	Correspondência														
		1	2% ao dia, sobre o valor da Nota de Empenho														
		2	3% ao dia, por ocorrência, sobre o valor da Nota de Empenho														
		Tabela 2															
		<table><tr><th>ITEM</th><th>INFRAÇÃO</th><th>GRAU</th></tr><tr><td>1</td><td>Manter funcionário sem utilização de EPIs para a execução dos serviços, conforme item 9.2 do Termo de Referência</td><td>2</td></tr><tr><td colspan="3">Para os itens a seguir, deixar de:</td></tr><tr><td>2</td><td>Cumprir quaisquer dos itens do Edital e seus Anexos não previstos nesta tabela de multas, após reincidência formalmente notificada pelo órgão fiscalizador</td><td>2</td></tr><tr><td>3</td><td>Refazer o serviço no prazo estabelecido, no item 12.2 do Termo de Referência</td><td>1</td></tr></table>	ITEM	INFRAÇÃO	GRAU	1	Manter funcionário sem utilização de EPIs para a execução dos serviços, conforme item 9.2 do Termo de Referência	2	Para os itens a seguir, deixar de:			2	Cumprir quaisquer dos itens do Edital e seus Anexos não previstos nesta tabela de multas, após reincidência formalmente notificada pelo órgão fiscalizador	2	3	Refazer o serviço no prazo estabelecido, no item 12.2 do Termo de Referência	1
		ITEM	INFRAÇÃO	GRAU													
1	Manter funcionário sem utilização de EPIs para a execução dos serviços, conforme item 9.2 do Termo de Referência	2															
Para os itens a seguir, deixar de:																	
2	Cumprir quaisquer dos itens do Edital e seus Anexos não previstos nesta tabela de multas, após reincidência formalmente notificada pelo órgão fiscalizador	2															
3	Refazer o serviço no prazo estabelecido, no item 12.2 do Termo de Referência	1															

As penalidades previstas neste item não excluem a possibilidade de aplicação das penalidades previstas no art. 87, inciso III, da Lei nº 8.666/93 ou no art. 7º da Lei nº 10.520/2002.





JUSTIÇA FEDERAL  
SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO DE JANEIRO

16	IMR (ÍNDICE DE MEDIÇÃO DO RESULTADO)																							
16.1	<p>O IMR é, conforme Instrução Normativa nº 05 de 2017, o “mecanismo que define, em bases compreensíveis, tangíveis, objetivamente observáveis e comprováveis, os níveis esperados de qualidade da prestação do serviço e respectivas adequações de pagamento” para os serviços prestados.</p> <p>A Fiscalização Técnica medirá a eficiência da execução contratual em função de indicadores referenciais, que são critérios objetivos e mensuráveis estabelecidos com a finalidade de aferir e avaliar fatores relacionados com os serviços contratados.</p>																							
16.2	<p>O único indicador utilizado para mensurar a meta quantificável a ser cumprida pela CONTRATADA se pauta no <b>cumprimento integral do volume contratado para ser retirado dentro do prazo.</b></p>																							
16.3	<p><b>O IMR será calculado em função do volume total real (VR) demandado com relação ao volume real executado (VE) para retirada, conforme anexo A, dentro do prazo estabelecido no item 10.1</b></p> <p>Caso não seja atingido o índice esperado, a empresa CONTRATADA terá desconto no valor a ser pago pela CONTRATANTE.</p>																							
16.4	<table><tr><th>Indicador (I)</th><th>Unidade de Medida</th><th>META</th><th colspan="2">Faixas de Adequação do Indicador (I)</th><th>Valor do IMR</th><th>Itens de referência neste documento</th></tr><tr><td rowspan="4">I= VR-VE</td><td rowspan="4">M3</td><td rowspan="4">VR</td><td>A</td><td>VE = VR</td><td>100%</td><td rowspan="4">Anexo A</td></tr><tr><td>B</td><td>VE=95% VR</td><td>98%</td></tr><tr><td>C</td><td>VE=90% VR</td><td>95%</td></tr><tr><td>D</td><td>VE&lt; 90% VR</td><td>90%</td></tr></table>	Indicador (I)	Unidade de Medida	META	Faixas de Adequação do Indicador (I)		Valor do IMR	Itens de referência neste documento	I= VR-VE	M3	VR	A	VE = VR	100%	Anexo A	B	VE=95% VR	98%	C	VE=90% VR	95%	D	VE< 90% VR	90%
Indicador (I)	Unidade de Medida	META	Faixas de Adequação do Indicador (I)		Valor do IMR	Itens de referência neste documento																		
I= VR-VE	M3	VR	A	VE = VR	100%	Anexo A																		
			B	VE=95% VR	98%																			
			C	VE=90% VR	95%																			
			D	VE< 90% VR	90%																			

Rio de Janeiro, 9 de Junho de 2020.

**Tereza Maiolino**  
Supervisora da SEMAE

**Maria Luiza Alves de Aquino**  
Coordenadora da CMNT

**Claudia Mesquita Rezende Rangel**  
Diretora da SIE



JFRJSEC202000027A



JUSTIÇA FEDERAL  
SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO DE JANEIRO

ANEXO A

Itens	Localidades que possuem caixas/fossas a serem limpas	Unid	Volume
1	Av. Almirante Barroso, 78 – Centro – Rio de Janeiro	M³	6,30
	Av. Rio Branco, 243 – Anexo I – Centro – Rio de Janeiro	M³	2,27
	Av. Rio Branco, 243 – Anexo II – Centro – Rio de Janeiro	M³	32,47
	Av. Venezuela, 134 – Blocos A e B – Praça Mauá – Rio de Janeiro	M³	3,05
	Niterói 1 – Rua Coronel Gomes Machado, 75 – Centro	M³	0,01
	Niterói 2 – Rua Luiz Leopoldo Fernandes Pinheiro, 604 – Centro	M³	0,005
	São João de Meriti – Av. Presidente Lincoln, 1090 – Vilar dos Teles	M³	21,15
	Magé – Rua Salma Repani, 114 – Centro	M³	0,93
2	Barra do Piraí – Rua José Alves Pimenta, 1091 – Matadouro	M³	5
	Nova Friburgo – Av. Hans Gaiser, 26 – Centro	M³	0,005
	Petrópolis – Av. Koeller, 167 – Centro	M³	8
	Resende – Avenida Rita Maria Ferreira da Rocha, 1235 – Nova Liberdade	M³	0,08
	Três Rios – Rua Barbosa de Andrade, 201 – Centro	M³	8
	Volta Redonda 1 – Rua Luiz da Fonseca Guimarães, 199 – Aterrado	M³	13
	Volta Redonda 2 – Rua José Fulgêncio de Carvalho Netto, 38 – Aterrado		
3	Campos dos Goytacazes – Praça São Salvador, 62 – Centro	M³	1
	Macaé - Rodovia RJ-168 km. 04 - Virgem Santa	M³	20
	São Pedro d'Aldeia – Rua 17 de Dezembro, Q.6 - lotes 4/5 – Vila São Pedro	M³	20

